O que nós, médicos, queremos?

Em tempos de turbulência, quando verdades são corrompidas em nome de siglas partidárias e delitos são cometidos com a proteção de governantes, nós, médicos, devemos fazer uma profunda reflexão sobre a essência e o caráter de nossa profissão. Desde os primórdios, os princípios hipocráticos foram centrados no apoio aos pacientes, curando, às vezes aliviando e confortando sempre. Infelizmente, nos tempos atuais, entre nós e os enfermos interpõe-se um verdadeiro exército de indivíduos e instituições insensíveis à dor e ao sofrimento, restando-nos, com os parcos recursos disponíveis, unicamente o ato de confortar.

O subfinanciamento da saúde tem sido a barreira enfrentada por médicos e hospitais. Ironicamente, uma pequena parcela do gigantesco "orçamento da corrupção" teria financiado, com folga, uma saúde de primeiro mundo para os brasileiros. A falta de recursos atinge todos os níveis da cadeia produtiva da saúde. O sucateamento do sistema é inevitável, assim como a inconformidade dos médicos.

Mas o que nós, médicos, realmente queremos? Queremos a oportunidade de exercer nossa vocação na plenitude com recursos e instalações adequados. Queremos ter segurança em nossos postos de atendimento, para trabalhar sem medo. Queremos que sejam respeitadas as premissas de nossa formação, sem a interferência de estrangeiros incompletamente preparados para a missão de curar. Queremos que nossas sociedades sejam respeitadas e ouvidas. Que as regras que definem a formação de nossos especialistas sejam determinadas por nossas sociedades. Que a formação de nossos médicos, além de atender às necessidades de saúde da população, também permita o exercício profissional eficiente, honrado e adequadamente remunerado. Queremos deixar de ser vistos como culpados de todas as mazelas do sistema de saúde. Que os verdadeiros réus assumam ter tornado a saúde uma prioridade menor, ao contrário de todas as pesquisas que a classificam como a grande necessidade dos brasileiros. Nós, médicos, queremos que nossos governantes, ministros da Saúde, assim como seus assessores sejam escolhidos por mérito e conhecimento e não simplesmente por defenderem ideologias ou assinarem uma ficha partidária. Aliás, cabe um elogio aos governantes dos últimos três mandatos: conseguiram unir a classe médica, hoje somos mais de quatrocentos mil com ideias e posições idênticas. Que o orçamento da Saúde não seja uma colcha de retalhos, e atenda às necessidades da população sem disputar esmolas sobradas da construção de estádios, de projetos olímpicos, de obras inacabadas e superfaturadas. Adib Jatene, nosso ilustre colega, dizia que o orçamento da nação era feito pelas empreiteiras. Sofro agora por não tê-lo conosco na revelação do mar de lama que ele suspeitava existir. Queremos ser remunerados adequadamente pelos nossos esforços em prover saúde, mesmo em condições inadequadas e quase desumanas. Queremos que os direitos dos cidadãos enfermos sejam respeitados, como prescreve o artigo 196 da Constituição. O direito à saúde é dever do Estado, que deve prover recursos para garanti-lo. Uma carreira de Estado, semelhante à dos juízes e promotores, é uma veemente reivindicação, para que, como aqueles, tenhamos sucesso em cobrir uniformemente o território nacional, sem obrigarmos nossos pacientes a aprender a falar o espanhol cubano.

Nós, médicos, queremos que não haja seres humanos de primeira e segunda classe, que possamos prover o mesmo medicamento para todos, os mesmos procedimentos diagnósticos e terapêuticos. Queremos que não haja especialidades de segunda classe, como é o caso atualmente da pediatria, cujos profissionais foram dizimados pelos honorários insuficientes e pela falência dos hospitais que não puderam cobrir o seu custo. Repudiamos o palavreado mentiroso de governantes que se dizem protetores de pobres e desvalidos e os mantêm em emergências, postos de saúde e hospitais indignos de serem habitados por seres humanos.

Queremos um parlamento equilibrado, comprometido com as necessidades da população, desprendido de ideologias e de falcatruas. Honestidade é obrigação, é dever de conduta de qualquer servidor, em qualquer nível hierárquico. Queremos parlamentares que saibam separar seus interesses pessoais das reais necessidades do povo, privilegiando-as. Saúde, educação e segurança se revezam como prioridade em todas as pesquisas, mas são lembradas somente durante as campanhas eleitorais. A posse nos cargos de qualquer nível executivo e legislativo produz uma amnésia seletiva. Por outro lado, nós, médicos, aplaudimos o pequeno grupo de parlamentares e de executivos do governo que nos apoiam em nossas reivindicações, em nossas lutas em favor de nossos pacientes. Queremos que esse grupo se multiplique, torne-se maior e ainda mais atuante.

Nós queremos ser tratados com dignidade pelos convênios e planos de saúde que, frequentemente, espelham-se no SUS para nos remunerar, esquecendo que somos os reais provedores de saúde a seus clientes. A eles, informamos que abraçamos o SUS como nossa missão de apoio aos menos favorecidos.

Queremos de nossos hospitais públicos e privados a manutenção obsessiva do foco no paciente. Decisões tomadas dessa forma sempre trazem resultados favoráveis. Médicos e hospitais que se respeitam mutuamente e focam sua atividade no paciente têm maior sucesso.

Nós, médicos, pedimos a Deus que os mais jovens não se revoltem pelo contato diário com as desigualdades, que continuem provendo a seus pacientes afeto e atendimento eficiente. Aos jovens médicos, reafirmamos que a medicina continua sendo sua melhor escolha, não desistam, não se decepcionem, o tempo mudará a história. Aos mais velhos, queremos sinceramente que não alimentem frustrações. Se não fosse a sua atuação vigorosa nas últimas décadas, estaríamos ainda pior. Mantenham-se no timão, dando exemplo precioso para os mais jovens.

Fala-se muito em estado democrático de direito. É o que nós, médicos, queremos. Como dizia Churchill, "a democracia é a pior de todas as formas de governo, excetuando-se as demais já experimentadas". A democracia não é um sistema isento de fraudes, de corrupção e de malfeitos, mas é o sistema que permite a punição dos malfeitores. É o sistema que permite liberdade, justiça social e igualdade entre os cidadãos. Acreditamos firmemente na democracia, mas sabemos das dificuldades que ela nos impõe e estamos prontos para abraçá-la. Exigimos de nossos governantes a mesma disposição.

DR. FERNANDO LUCCHESE
Cirurgião cardiovascular
Diretor do Hospital São Francisco de Cardiologia
da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre